

Homens solteiros na agricultura familiar e mercado de trabalho feminino: possíveis conexões

Joel Orlando Bevilaqua Marin¹

Resumo: O artigo busca compreender o fenômeno do crescimento da população masculina em regiões de agricultura familiar, a partir das inter-relações com o mercado de trabalho feminino nos centros urbanos. Desde a década de 1970, as jovens rurais não aceitam facilmente os papéis historicamente construídos de mãe e dona de casa e, por meio dos estudos, procuram conquistar o mercado de trabalho no meio urbano. Os jovens rurais são, de maneira geral, mais apegados à terra e ao trabalho agrícola e menos interessados no prolongamento dos estudos. Por consequência, a migração rural-urbana feminina é maior que a masculina, restringindo as possibilidades do mercado matrimonial para os rapazes que permanecem no trabalho agrícola familiar.

Palavras-chave: Celibato camponês, relações de gênero, agricultura familiar.

1. Introdução

A pesquisa busca compreender um fenômeno social contemporâneo no espaço agrário brasileiro: o aumento da população masculina em relação à feminina, especialmente em regiões de predominância da agricultura familiar. Os dados do censo agropecuário do IBGE de 1996 revelaram que o número de rapazes foi 14% superior ao número de moças, na faixa etária de 15 a 24 anos. Isso indica que a taxa de migração do espaço rural para as cidades é maior entre as moças do que entre os rapazes. A consequência deste processo é a elevação das taxas de homens solteiros no meio rural.

Em médio ou longo prazo, a predominância masculina pode acentuar a redução da população rural brasileira, uma vez que dificulta a constituição de novas famílias. Ademais, esse problema tem repercussões sobre a população juvenil que, não desejando viver na solidão, migram para as cidades em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho. Nos países europeus, especialmente na França, esse fenômeno social faz parte da realidade desde a década de 1960 e ficou conhecido como *célibat paysan*. Alguns sociólogos franceses, dentre eles Bourdieu (1962; 1989), Mendras (1992), Gervais, Jollivet e Tavernier (1997) e Morin (1984), se dedicaram ao estudo do problema social do *célibat paysan* e suas interfaces com as mudanças sociais no espaço agrário, agricultura familiar, relações de gênero, família e socialização. Em alguns países europeus, o problema do *célibat paysan* vem merecendo atenção das instituições públicas e das organizações profissionais agrícolas, como tentativa de contornar o esvaziamento das populações que vivem nos espaços rurais.

¹ Professor da Universidade Federal de Goiás, doutor em Sociologia, professor permanente do curso Pós-graduação em Agronegócio da UFG, e-mail: marin@agro.ufg.br.

No Brasil, os cientistas sociais ainda não estudaram, com profundidade, o fenômeno da predominância da população masculina no espaço agrário, especialmente quando se relaciona aos segmentos sociais formados pelos agricultores familiares. Apenas os estudos de Abramovay *et al* (1997) e Camarano *et al* (1999) deram ênfase aos fenômenos que denominaram “envelhecimento” e “masculinização” da população rural, como resultado dos processos de migração da população jovem, especialmente feminina. Partindo de dados obtidos em questionário e censos do IBGE, ambas as pesquisas trazem importantes contribuições para se compreender o fenômeno social da predominância da população rural masculina no meio rural. Contudo, é notável a ausência de estudos, elaborados a partir de pesquisas qualitativas e de estudo de casos, com o propósito de compreender as razões do predomínio da população rural masculina sobre a feminina e a sociabilidade dos homens solteiros que atuam na agricultura familiar. Como destacou Abramovay *et al.* (1997): “o caráter seletivo dos processos migratórios recentes nas regiões de predomínio da agricultura familiar no Sul do Brasil e que tem resultado na **masculinização** acelerada no meio rural até hoje não foi estudado e tem sido pouco citado nos estudos especializados.” (grifos dos autores)

O objetivo da pesquisa é analisar, sob o recorte das relações sociais de gênero, as motivações que acentuaram o processo de migração das mulheres aos centros urbanos, e que resultaram no aumento da população masculina no meio rural, especialmente em regiões de acentuado predomínio da agricultura familiar. A pesquisa parte do pressuposto de que a realidade social e os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres são socialmente construídos, portanto, datados historicamente e permeados pelos critérios de classe social, etnia e faixa etária. Para não cair em generalizações que subtraem as possibilidades de compreensão da realidade, como situação social singular, impõe-se especificar as condições econômicas, sociais e culturais objetivas do segmento socioeconômico em estudo. Portanto, a pesquisa resultou de um estudo de caso desenvolvido em uma realidade específica da agricultura familiar do sul do país. O levantamento dos dados para o estudo de caso foi realizado na região conhecida como “Quarta Colônia de Silveira Martins”, estado do Rio Grande do Sul, envolvendo, especificamente, os municípios de Ivorá, Silveira Martins, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno e Nova Palma. Os dados da realidade social foram levantados por meio de entrevistas não estruturadas, dirigidas tanto para as mulheres que permaneceram nessa região quanto para mulheres que migraram para as cidades.

A pesquisa está dividida em três sessões inter-relacionadas. Num primeiro momento, procurou-se compreender, sob uma perspectiva teórica, as relações de gênero socialmente construídas nas famílias que trabalham na agricultura, destacando suas repercussões na divisão sexual de trabalho. Na seqüência, são analisadas as relações de gênero instituídas nas famílias de agricultores da região da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins, estabelecendo vínculos com o mercado de trabalho e o mercado matrimonial, no período que antecedeu o processo de modernização da agricultura. Por último, são estudadas as mudanças na percepção das mulheres sobre o trabalho familiar na agricultura e a construção de outros projetos de vida que perpassam pela vinculação ao mercado de trabalho no meio urbano e pela recusa no casamento com homens que permaneceram no trabalho agrícola familiar, a partir das transformações econômicas e simbólicas desencadeadas pelo processo de modernização da agricultura.

2. Família, trabalho e relações de gênero

A socialização dos sujeitos sociais está marcada por concepções, valores e práticas construídas sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres, definidos como relações de gênero. A família, na qualidade de primeira instituição de socialização, assume importância nas construções culturais sobre os papéis sociais a serem desempenhados pelos homens e pelas mulheres no espaço doméstico, que implica na formação da identidade de gênero dos indivíduos. Além da família, as instituições públicas, o sistema político e as organizações econômicas expressam construções sociais de gênero e reproduzem relações sociais entre os sexos. Assim, os sujeitos sociais constroem suas identidades de homens ou de mulheres, num processo dinâmico e continuado, em conformidade com as concepções de socialização de cada sociedade. Sob essa perspectiva, as relações sociais de gênero devem ser compreendidas no âmbito das relações sociais humanas e das representações dos papéis sexuais atribuídos aos indivíduos na sociedade.

Scott, no ensaio intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, faz referência ao conceito de gênero como uma construção social e histórica dos sexos. Esse pressuposto sustenta a tese de que os sujeitos sociais se fazem homem ou mulher, a partir de um processo contínuo e dinâmico, construído através de práticas sociais, em conformidade com as concepções dos diversos grupos:

o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções sociais — a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 75)

A definição de gênero proposta por Scott (1995, p. 88) está assentada na interconexão de duas proposições: “o gênero é constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres e nas diferenças percebidas entre eles, e o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder.” Neste sentido, as relações sociais de gênero implicariam nos símbolos socialmente construídos que “evocam representações simbólicas”, pois ser do gênero masculino ou do gênero feminino leva os indivíduos a perceber e estar no mundo de formas diferentes, resultando em diferenças nas distribuições de poder. Portanto, o gênero engendra concepções e símbolos que dão significados à distribuição do poder instituído nas sociedades, proporcionando um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos. As relações sociais de gênero são construídas nas relações de parentesco, mas não se restringe a elas. Nas sociedades modernas, as relações de gênero são construídas pelas instituições sociais (escola, igreja, justiça, meios de comunicação, etc.), pelo sistema político e pelo mercado de trabalho. Assim, as relações de gênero estão relacionadas ao universo das relações econômicas de produção e das organizações ideológicas que envolvem as relações entre os sexos. Por ser uma construção social, a autora conclui que as pesquisas sobre as relações sociais de gênero devem articular as categorias de classe social e de etnia.

Scott (1995) afirma que a transformação do indivíduo em um ser social implica a interiorização dos princípios de realidade e, para tanto, torna-se necessário aprender a desempenhar certos papéis decorrentes das condições de classe social e de gênero. A questão de classe social assume importância na medida em que situa os indivíduos na estrutura econômica, na divisão social do trabalho e no universo de representações sociais. A questão de gênero também assume significados sociais porque a posição ocupada pelo indivíduo no interior da família, da classe social e da sociedade depende, em grande medida, do que é estabelecido como específico para os homens e para as mulheres. Ou seja, cada indivíduo deve identificar-se com as atribuições sociais próprias de seu sexo, em contraposição com o que se interioriza como próprio do sexo oposto.

Em corroboração com essa pressuposição teórica, Bourdieu (1998) afirma que a

história de algum indivíduo pode ser entendida como uma “variante estrutural” do *habitus* de seu grupo ou de sua classe social. O *habitus* tende a conformar e a orientar a ação do indivíduo, porém, na medida em que é produto das relações sociais, ele tende a reproduzir essas mesmas relações objetivas que o originaram. A interiorização dos valores, normas e princípios sociais asseguram a adequação entre as ações dos atores e a realidade objetiva como um todo. Assim, o *habitus* se refere tanto ao individual como ao social (grupo ou classe), pois o processo de interiorização implica a internalização da objetividade, que ocorre de forma subjetiva, mas não se situa exclusivamente no domínio da individualidade.

De acordo com Bourdieu (1995, p. 137), a visão dominante da divisão sexual pode se expressar nos discursos ou manifestações orais, nas representações gráficas, nos instrumentos técnicos ou nas práticas. Em determinados grupos sociais, como a sociedade cabila, a produção agrícola é organizada segundo as noções de tempo e estação que se fundamentam em oposição entre masculino e feminino. A divisão dos espaços interiores da casa, a oposição entre casa e campo, as técnicas e posturas do corpo também reforçam relações de dominação entre os sexos. A “divisão do mundo”, baseada nas diferenças biológicas dos indivíduos, entra na ordem natural das coisas a ponto de se tornar inevitável, ou seja, “em estado objetivado, no mundo social e também, no estado incorporado, nos *habitus*, onde ele funciona como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação.”

Ao discutir a dominação masculina e ao que denomina “somatização das relações de dominação”, Bourdieu (1995, p. 143) afirma que não é possível dar conta da violência simbólica — dimensão da dominação e essencial na dominação masculina — “sem fazer intervir o *habitus* e sem colocar, ao mesmo tempo, a questão das condições sociais das quais ele é o produto.” Por tanto, ele destaca que:

o trabalho de formação que se realiza, seja através da familiarização com um mundo simbolicamente estruturado, seja através de um trabalho de inculcação coletivo, mais implícito do que explícito, do qual fazem parte principalmente os grandes rituais coletivos, e pelo qual se opera uma transformação durável dos corpos e da maneira usual de usá-los.

Ao analisar o problema do *célibat paysan* na França, Bourdieu (1962; 1989)

destaca que a lógica das relações entre os sexos conferiu o primado e a supremacia aos homens, especialmente na gestão dos negócios da família. No entanto, o surgimento de um conjunto de fenômenos sociais alterou o sistema de trocas matrimoniais. Para o autor, os aspectos econômicos, expressos de maneira especial no patrimônio fundiário, perderam importância no sistema das trocas matrimoniais pelo estatuto social e, mais precisamente, pelo estilo de vida correlato ao casamento. A perda da importância da base econômica vincula-se a uma verdadeira transformação de valores, influenciada pela educação e pelas novas idéias. Anteriormente, as moças viviam vinculadas à casa e constrangidas a aceitar e obedecer as ordens paternas mas, com a unificação do mercado dos bens econômicos e simbólicos e com o desenvolvimento da educação, a maior parte delas busca empregos nas cidades e não deseja casar-se com os jovens agricultores nem levar uma vida social ligada à agricultura. Os valores da população rural sofrem mudanças porque novos valores do mundo urbano são incorporados, sobretudo pelas mulheres. No entanto, a migração feminina é resultante da melhor escolarização para enfrentamento da vida urbana e da maior capacidade de questionamento da condição de mulher camponesa e das formas tradicionais de dominação masculina. As filhas dos agricultores deixam um mundo fechado das hierarquias sociais do meio rural rumo ao universo de amplas possibilidades no meio urbano. Elas migram para as cidades mais facilmente que os rapazes por diversas razões: os seus vínculos com a terra são mais tênues, o maior grau de escolarização possibilita melhor adaptação ao mundo urbano, o enfraquecimento das tradições familiares permite maior mobilidade e a melhor preparação para incorporar-se ao mercado de trabalho e valores do comportamento urbano. Esse processo implicou num desequilíbrio demográfico entre os sexos, implicando em maior proporção de homens no meio rural, acentuando o *célibat paysan*.

No Brasil, alguns estudos desenvolvidos nos últimos anos constaram o problema da predominância da população masculina no espaço agrário, a partir das análises da migração rural, dos processos sucessórios e das relações de gênero (Abramovay *et al*, 1997, 2001; Camarano *et al*, 1999; Carneiro, 2001). Esses estudos oferecem algumas referências teóricas e hipóteses para se analisar o fenômeno desproporção numérica de homens e mulheres no meio rural e o conseqüente aumento de homens solteiros entre os agricultores familiares.

Abramovay *et al*. (1997), em estudo sobre os processos sucessórios na agricultura familiar de Santa Catarina, constataram que o êxodo rural atinge, com mais

ênfase, as atuais populações jovens do que as gerações anteriores. Os processos recentes de migração também apresentam um “viés de gênero”, pois as moças estão migrando antes e em proporções maiores que os rapazes. Assim, ao lado do “envelhecimento”, agrega-se um acentuado processo de “masculinização” da população rural. Os autores destacam, no entanto, que a migração das moças não está necessariamente associada às oportunidades de mercado de trabalho mais favoráveis no meio urbano, mas à precariedade das perspectivas de vida no meio rural e à condição social subalterna vivenciada no seio da família dos agricultores.

Os papéis sociais de esposa, mãe, dona de casa — historicamente construídos como “naturais” para as mulheres rurais — tornam-se cada vez mais indesejáveis para as moças. O emprego urbano, notadamente o emprego doméstico, sempre foi uma saída para as jovens rurais para obtenção de ganhos fora da agricultura. Ademais, a dificuldade da maioria das famílias de agricultores de fazer poupança e acumular capital acaba por inviabilizar a formação de novas unidades produtivas. A precarização das condições de vida no campo deixa poucas margens para vislumbrar uma realização profissional dentro da agricultura familiar. O processo sucessório e a organização do trabalho nas unidades de produção familiar são marcados pelo viés das relações de gênero, que tendem a favorecer os rapazes na definição do herdeiro do patrimônio fundiário. Desta forma, os pais entendem que a vida no campo é mais atraente — ou possível — para os filhos, mas não o é para as filhas. Por tanto, a migração das moças para as cidades também expressa as relações de poder instituídas no interior da família, revelando desigualdades na distribuição das responsabilidades, das decisões e do patrimônio, entre os diferentes membros do grupo (ABRAMOVAY *et al*, 1997, 2001; CAMARANO *et al*, 1999).

Na pesquisa sobre herança e gênero na região chamada de “colônia italiana” do Rio Grande Sul, Carneiro (2001) enfatiza que a migração urbana está associada à valorização dos estudos e aos atrativos dos valores culturais e materiais sustentados pelo crescimento urbano-industrial. O estudo assume, então, uma nova forma de herança e um investimento pessoal e familiar alternativo à vida na agricultura. Há algumas décadas, a migração dos jovens para as cidades era percebida como algo natural e um dever decorrente da submissão à autoridade e aos interesses familiares. Atualmente, essa situação está se invertendo, pois, dependendo da situação econômica, a permanência na “colônia” pode significar um fator de exclusão social. Assim, as filhas dos agricultores

descendentes de imigrantes italianos procuram estudar para uma formação profissional qualificada, a fim de disputar melhores posições no mercado de trabalho urbano.

Vida, trabalho e casamento: relações de gênero entre os colonos italianos

A propriedade da terra e o trabalho familiar constituíam o binômio que fundamentava o processo de desenvolvimento das famílias e, por extensão, da Colônia Italiana de Silveira Martins. A terra era considerada não apenas um meio fundamental de produção, mas também a base da reprodução social da família, fator de segurança e de progresso familiar e social. Na terra, os colonos podiam construir suas residências, edificar benfeitorias, plantar e colher os alimentos, educar os filhos, organizar a vida familiar e comunitária e, se possível, constituir um patrimônio para deixar para os herdeiros. Neste sentido, a propriedade da terra adquiria significados econômico e simbólico importantes na vida dos colonos, na medida em que estava associada ao progresso econômico, à autonomia do trabalho familiar e à organização de um modo de vida.

Para os colonos, a terra deveria necessariamente estar associada ao trabalho. Por sua vez, o trabalho era considerado um valor fundamental da existência humana e um meio de enriquecimento: “o trabalho tornou-se, para o colono, o segredo da fortuna, causa do progresso e prova de honorabilidade, havendo poucos defeitos mais detestáveis que a indolência” (DE BONI e COSTA, 1982, p. 85). A valorização positiva do trabalho, ou até mesmo o culto ao trabalho, estava estreitamente ligada ao programa “*Ora et Labora*” da Igreja Católica, daí que os colonos acreditavam que por meio da oração seria possível conseguir a vida eterna e do trabalho árduo uma vida melhor na terra. O trabalho era considerado, ao mesmo tempo, dever social, razão de viver e imposição de Deus. Assim, desde pequenas as crianças aprendiam não somente a trabalhar, mas também a devotar o trabalho. O ardor ao trabalho devia ser internalizado pelas crianças no convívio familiar, como meio essencial para ganhar a vida. Da mesma forma, o trabalho era o meio privilegiado para socializar os filhos.

No interior da família havia uma divisão tradicional das funções que determinava o lugar de cada indivíduo no processo de trabalho agrícola e doméstico, obedecendo a variações de acordo com o gênero, idade e capacidade para operar os instrumentos de trabalho. As famílias eram numerosas, sendo comum a presença de gerações de avós, pais e filhos, convivendo numa mesma moradia e trabalhando num

mesmo lote de terra. Um grande número de filhos implicava, necessariamente, no aumento da força de trabalho familiar, mas cada componente da família tinha uma participação mais ou menos definida, conforme as hierarquias de gênero, idade e força física. O homem, pai e chefe da família, era a autoridade maior da família, sendo sua responsabilidade a organização das atividades produtivas, a direção do processo de trabalho e as relações com o mercado. As atribuições das mulheres estavam vinculadas aos trabalhos domésticos, especialmente o cuidado dos filhos, preparo dos alimentos, limpeza da casa, confecção de artesanatos e de roupas, trato dos animais domésticos e cultivo da horta caseira. Contudo, a participação das mulheres estendia-se também aos trabalhos da lavoura, principalmente nas fases de maior demanda dos ciclos produtivos. No interior da família, os meninos e as meninas eram socializados segundo os critérios das divisões do trabalho e dos padrões comportamentais definidos como naturais para o sexo masculino ou para o sexo feminino, em conformidade com as normas tradicionais de organização das relações sociais de gênero no interior da família. As diferenciações e divisões de gênero aprofundavam-se na medida em que as crianças cresciam e adrentavam a fase da juventude.

A economia dos agricultores da região da Quarta Colônia de Silveira Martins estava assentada na produção diversificada de gêneros alimentícios, visando o consumo familiar e a venda dos excedentes. Essa forma de organização produtiva garantia relativa autonomia aos agricultores, principalmente em termos de consumo familiar, prescindido da constituição de amplas redes de relações de trocas de mercadorias. Os excedentes da produção eram vendidos para os comerciantes, que passavam de casa em casa recolhendo os produtos coloniais. Em troca, os colonos adquiriam dos comerciantes aqueles bens de consumo não produzidos diretamente na propriedade. Assim, os comerciantes tornavam-se os principais agentes de interligação entre os colonos e os centros urbanos, viabilizando as trocas comerciais dos produtos agrícolas e dos bens manufaturados.

Também vale mencionar que o isolamento geográfico da região da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins, decorrente da precariedade das estradas, dos meios de transportes e até mesmo do relevo acidentado, tendiam a limitar os deslocamentos e a restringir as relações sociais no âmbito do mundo local, impondo como necessidade a ampliação da interdependência e do interconhecimento dos colonos que viviam na região.

Para os colonos italianos, a escola tinha importância para o domínio da leitura, da escrita, das operações matemáticas e, principalmente, para a internalização dos conhecimentos religiosos. As orações e os ensinamentos do catecismo eram ministrados nas primeiras horas de aula, antes de qualquer outra disciplina, porque considerados essenciais na formação religiosa e moral das crianças. Antes de tudo, os colonos se identificavam como católicos, daí que também cabia à instituição escolar, como extensão da família, proporcionar a instrução religiosa para as novas gerações.

Os colonos não dispensavam muito tempo para a escolarização, pois o mais importante na formação das crianças era o aprendizado prático das lides agrícolas e domésticas. Contudo, eles consideravam importante o domínio dos saberes escolares básicos para compreender os conteúdos contidos nos livros sagrados e reafirmar a identidade de colonos e católicos. Os colonos construíam a identidade coletiva em torno da religião católica e, desta forma, o ensino religioso transmitido pela instituição escolar contribuía para o fortalecimento da fé e dos valores morais cristãos.

A permanência das crianças na escola não ultrapassava o “quarto livro”. O prolongamento dos estudos escolares não se constituía prioridade para os colonos, pois o projeto de vida estabelecido para os filhos era o trabalho na agricultura. Tão logo concluíam o curto processo de escolarização, as crianças eram incorporadas nos trabalhos agrícolas e domésticos. A continuidade da escolarização era reservada especialmente para os filhos que pretendiam seguir a vida religiosa. Aliás, o grande desejo e honra da maioria das famílias era encaminhar um filho ou filha para a vida religiosa, pois a vida eclesial conferia uma posição de status mais elevada. Para os filhos, seguir a vida religiosa possivelmente era a única forma de levar uma vida diferente de seus pais.

O casamento era destino natural dos rapazes e das moças. Para os rapazes, a idade ideal para o casamento era entre os 23 e 25 anos, enquanto que para as moças entre os 18 e 23 anos. A própria Igreja Católica, instituição de grande ascendência sobre os colonos, estimulava os jovens a formarem suas famílias, a não ser nos casos de doença física e mental. O casamento era percebido culturalmente como algo natural a todos os indivíduos, em idade e em condições físicas para constituir uma família. A própria Igreja Católica aproximava os jovens em associações devocionais, mesmo que demarcados pela divisão em Filhas de Maria e Moços Católicos.

Contudo, as festas religiosas dos Santos Padroeiros proporcionavam as principais situações de aproximação dos jovens, especialmente com a “brincadeira dos bilhetinhos”, no qual os jovens de ambos os sexos compravam um bilhete para enviar ou responder ao parceiro pretendente. A partir dessa atividade festiva, conforme os interesses, sentimentos e afinidades, os rapazes e moças passavam para o namoro, noivado e casamento. No entanto, todas as decisões afetivas e sentimentais dos jovens deviam ter o consentimento e a permissão dos pais, sem os quais nada poderia se realizar.

O futuro dos rapazes e das moças era espelhado no modo de vida dos pais. Os rapazes deviam se tornar agricultores e as moças as donas de casa. O grande problema dos jovens recém casados era permanecer na propriedade dos pais, pois a subdivisão da propriedade paterna fatalmente resultaria na impossibilidade de reprodução social dos colonos. Apenas um filho podia permanecer na propriedade dos pais, normalmente o escolhido era o filho mais moço. Os mais velhos, na medida em que se casavam, deviam sair da propriedade paterna para constituir a sua própria unidade produtiva. Para a maioria dos jovens casais, a alternativa para garantir a reprodução da condição social de colono era migrar para as regiões de fronteira agrícola. Os baixos preços da terra que se configuravam nos mercados das fronteiras agrícolas tornavam acessíveis, para a maioria dos colonos, a aquisição de “uma colônia”, unidade de referência de uma propriedade familiar com extensão que oscilava entre 25 e 35 hectares. Essa medida territorial era considerada suficiente para que um jovem casal pudesse trabalhar e educar os filhos com certa estabilidade econômica e social.

A escassez de terra sempre se constituiu problema para os colonos instalados na região da Colônia Italiana de Silveira Martins, pois as famílias tinham muitos filhos e os lotes eram demasiado pequenos para suportar muitas subdivisões. A solução para esse problema marcou um processo contínuo de migrações, especialmente dos jovens recém-casados, rumo às novas terras das regiões de fronteira agrícola. Vale ressaltar que, logo após a chegada ao Brasil, algumas famílias de colonos adquiriram terras dos fazendeiros pecuaristas, localizadas no entorno da Colônia de Silveira Martins. A partir da década de 20, o movimento migratório foi dirigido para a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde as terras eram mais planas, mais férteis e tinham preços relativamente acessíveis aos colonos. A partir da década de 1940, a frente migratória dirigiu-se para as regiões do oeste dos Estados de Santa Catarina e Paraná, sob os

incentivos da política de colonização da “Marcha para o Oeste”, implementada pelo governo de Getúlio Vargas. Em suma, a existência de terras novas nas regiões de fronteira agrícola alimentou um processo contínuo de migração rural-rural, que viabilizavam a reprodução dos modos de ser e viver dos colonos.

A terra, como patrimônio e meio fundamental de produção na agricultura, era transmitida como herança aos filhos. No entanto, entre os colonos italianos, a herança da terra era um direito apenas dos filhos homens. A terra herdada podia ser na propriedade paterna ou em alguma área próxima da propriedade paterna ou mesmo em regiões de fronteira agrícola. Não importava tanto a localização da terra, mas a propriedade de um pequeno lote de terra, como fator fundamental de reprodução condição social de colono. Para dar continuidade a esse projeto, os filhos tinham com direitos de herança um lote de terra, tão logo constituíssem uma nova família. As filhas tinham direito apenas ao dote, que se constituía de um enxoval roupas, de panelas e louças, de uma máquina de costura e de alguns animais domésticos, para começar suas criações. Vale notar que, no interior da família dos colonos de origem italiana, a distribuição dos direitos de herança entre os rapazes e as moças obedecia às tradições das divisões sexuais do trabalho. A produção agrícola, geradora de renda e de parte do autoconsumo familiar, era uma atribuição predominantemente masculina, portanto, os rapazes deviam receber um lote de terra para garantir o cumprimento do papel social de chefe e provedor de sua família. O trabalho doméstico, seja no interior da casa ou de seus arredores, eram atribuições consideradas femininas e, assim sendo, as mulheres precisavam dispor de bens, utensílios e animais domésticos para organizar os espaços do lar e do quintal da casa.

Em termos monetários, havia uma acentuada desproporção entre os valores das heranças de terra e do dote que, por vezes, constituíam focos de conflitos familiares. No entanto, as normas sociais de distribuição das heranças entre os filhos e filhas eram tradições a serem obedecidas e não questionadas, por que assim fora com mais velhos e o mesmo deveria ser com as novas gerações. Embora houvesse diferenças econômicas entre as famílias, que se expressavam em diferentes heranças e dotes, as moças se casariam com rapazes que teriam, de alguma forma, o acesso a um lote de terra.

As famílias dessa região eram numerosas, conferindo amplas possibilidades para o mercado matrimonial para os jovens rurais. Por um lado, a fronteira agrícola abria caminhos para a reprodução social das novas famílias de agricultores que se formavam.

No entanto, entre as famílias de colonos italianos era norma predestinar uma filha ao celibato, que daria amparo e assistência durante a velhice dos pais. Estas ficavam conhecidas como solteironas. A escolha recaía, normalmente, para moças mais tímidas, retraídas, apegadas sentimentalmente aos pais ou que tinham algum problema de saúde. Algumas mulheres migravam para as cidades para trabalhar como domésticas, em casas de pessoas com maior poder aquisitivo.

Migração feminina e trabalho urbano: um viés de gênero

O processo de modernização da agricultura, que se aprofundou na década de 1960, desencadeou mudanças significativas no mercado dos bens econômicos e simbólicos, decorrentes da ampliação das redes de relações sociais firmadas entre os agricultores, poderes públicos e os segmentos industriais, financeiros e comerciais. A modernização da agricultura implicou na maior utilização de máquinas e equipamentos agrícolas, sementes híbridas, animais geneticamente melhorados, produtos químicos, novas técnicas de manejo agrícola e pecuário, além da mecanização da colheita. A incorporação progressiva de tecnologias modernas provocou mudanças profundas nas relações sociais de produção, na medida em que os agricultores familiares se integraram com os segmentos industriais que produzem máquinas, insumos químicos, sementes e animais geneticamente melhorados, bem como com as agroindustriais que fazem o processamento da produção agropecuária comercializada pelos agricultores familiares. A adoção de novas tecnologias abriu caminhos para a maior circulação de mercadorias, possibilitando transferência de rendas aos setores capitalistas.

Os agricultores familiares da região da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins passaram a desenvolver cultivos especializados de batata inglesa, soja, fumo, arroz, milho, bem como criações de bovinos de leite, aves e suínos. No que se refere a produção, as unidades de produção familiares tornaram-se cada vez mais dependentes do mercado de bens industriais, uma vez que a especialização dos sistemas produtivos induziu os agricultores familiares a se relacionar progressivamente com os mercados de máquinas e insumos agrícolas e de produtos agrícolas. As trocas comerciais entre os diversos segmentos intensificaram-se na medida em que as cadeias produtivas se consolidaram na região. Os mercados de bens e serviços tornaram-se, desta maneira, importantes estruturas condicionantes das relações entre os agricultores e as empresas que integram as cadeias produtivas com as mercadorias e meios de trabalho, bem como entre os próprios agricultores. As produções dos sistemas de cultivo e criação

especializados são destinadas à comercialização, visando à obtenção dos recursos necessários para a aquisição dos fatores e meios utilizados no próximo cultivo, criando um ciclo da dependência sócio-econômica. A partir da intensificação das trocas econômicas, os setores urbanos-industriais conseguiram impor condições objetivas para ampliar os processos de subordinação e expropriação do trabalho dos agricultores familiares.

Neste sentido, a especialização dos processos produtivos aumenta a vulnerabilidade dos agricultores e, de certa forma, ameaça sua reprodução social. Para garantir certa autonomia e reduzir as saídas monetárias, os agricultores familiares procuram combinar os sistemas de cultivo e de criação especializados com o desenvolvimento de uma produção para o consumo familiar. No entanto, o trabalho necessário nos cultivos de interesse comercial e de autoconsumo implica numa super-exploração de todos integrantes da família.

A modernização das unidades produtivas passou a exigir novas tecnologias, novas formas de organização do trabalho, novos conhecimentos e agregação de esforços que envolvem uma racionalidade produtiva e tecnológica. Os investimentos para incorporação das tecnologias no processo produtivo se tornaram possíveis pelos empréstimos bancários, que não raramente comprometem o equilíbrio financeiro ou até mesmo a perda da terra, especialmente quando os bancos exigiam a hipoteca da terra dos agricultores, como garantia de pagamento dos recursos tomados. Da mesma maneira, os agricultores familiares passaram depender cada vez mais dos conhecimentos técnicos transmitidos pelos agentes dos órgãos de assistência técnica, público ou privado, que determinam as formas consideradas válidas para a realização das atividades produtivas.

Além dessas modificações nas unidades de produção familiar, neste período ficou marcado pela ampliação dos investimentos em políticas públicas para a melhoria das vias terrestres, dos meios de transporte, da eletrificação rural e da saúde pública. A região da Quarta Colônia Italiana estreitou vínculos das relações econômicas e culturais com as cidades, especialmente Santa Maria. As trocas econômicas e simbólicas entre o meio rural e urbano são intensificadas, as distâncias e os tempos se reduzem, aproximando cada vez mais a população rural para a cidade.

O crescente avanço dos valores urbano-industriais, associada à subordinação

econômica ao capital, dificultou a permanência dos colonos na terra, desencadeando uma migração intensa aos centros urbanos. A migração para as cidades indica a impossibilidade da reprodução de um projeto de vida vinculado ao trabalho agrícola, pois o assalariamento nas cidades torna-se uma alternativa mais atraente, especialmente para a juventude. Ademais, o aumento da tecnificação das unidades de produção familiar dispensou parte da mão-de-obra familiar, ampliando as possibilidades de liberar os filhos para os estudos.

Com fechamento das fronteiras agrícolas, os preços das terras se elevaram consideravelmente, tornando inviável a aquisição de terras, pelo menos para a maioria dos agricultores familiares. Por outro lado, o processo de subdivisão das propriedades tornou-se indesejável ou até mesmo impossível, uma vez que a área já se encontrava reduzida e, a baixa fertilidade dos solos, resultante do uso intensivo, inviabilizava a permanência dos filhos na propriedade. Os demais deviam migrar para as cidades, processo que tende a ser mais acentuado entre as mulheres. Elas são menos apegadas a vida no campo e sofrem mais com a dupla jornada de trabalho agrícola e doméstico. A partir da compreensão das dificuldades e limitações das mulheres no meio rural, as jovens formulavam novos projetos de vida que passavam pelos estudos e pela migração para as cidades:

na minha época de adolescência, era trabalho na roça, não tinha outra saída. Era ir para a aula, fazer a lida doméstica, lidar com o gado, com os porcos, as galinhas, cuidar dos irmãos mais novos, lavar a roupa no rio, ajoelhada, numa tábua. Eu trabalhava na roça e ajudava no trabalho doméstico também. Festa tinha uma vez por ano, ou ir a pé ou em cima do caminhão, comendo poeira. Namorar e casar, mas depois que tinha certa idade. Tinha que saber trabalhar, tinha que ter o seu enxoval pronto, porque a mulher tinha que levar o seu enxoval, o tal do dote. Era um costume geral, mas no nosso caso, eu que era a mais velha da família, optei por estudar, porque eu achei que estudar era uma saída. Eu ia para a roça e percebi que a vida era dura. Era suador, aqueles calorões. Ninguém vinha para casa, antes que desse o meio dia. E aí eu via que a vida era dura e não tinha perspectiva de melhora nenhuma. Porque o que a gente trabalhava dava só, às vezes, não dava nem para pagar uma passagem para a gente ir para a cidade. Conheci Santa Maria depois que eu resolvi estudar fora. Então, eu vi que a única saída era estudar, para ter uma perspectiva melhor de vida. (Farmacêutica, 59 anos)

As moças passaram a investir na própria escolarização ou mesmo a migrar para em busca de um emprego, no meio urbano, para não repetir a tradicional condição de vida de mãe, mulher, dona de casa e “ajudante” dos homens. Ou seja, sair da colônia era deixar para trás uma vida repleta de trabalho, sacrifícios e restrições financeiras:

Eu resolvi sair de Vale Vêneto, ir para Santa Maria estudar, porque eu não queria repetir a história da minha mãe. Eu achava terrível a história de trabalhar na roça e ainda dentro de casa. Era um trabalho muito pesado e eu não gostava. Mas o que eu não gostava mesmo era a dificuldade de vender os produtos. Primeiro reza para chover, para ter o produto, depois reza para vender. Eu tinha uma dor, uma dor de ver a luta do pai e da mãe para produzir e ter que vender o produto sem um preço bom. Muitas vezes nem conseguia vender os produtos. Isso aconteceu muito com a produção de batatas (Engenheira Florestal, 56 anos).

A partir da década de 1960, o Estado ampliou as redes de ensino primário, médio e superior, facilitando a continuidade dos processos de escolarização das novas gerações. Na região da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins, houve um aumento considerável da rede de ensino de primeiro e segundo graus, vinculados às instituições estatais ou religiosas católicas, ampliando as possibilidades de ampliar os estudos dos filhos. Na cidade de Santa Maria foi fundada, no início da década de 1960, a Universidade Federal de Santa Maria, com diversos cursos de nível superior e médio, tornando mais próximo os projetos de escolarização dos filhos dos agricultores familiares da região da Colônia Italiana de Silveira Martins. O crescimento das cidades e a expansão da rede de ensino, em nível médio e superior, ofereciam os meios necessários para adentrar e vencer a vida no mundo urbano. Os colonos passaram a entender que o investimento na escolarização poderia proporcionar melhores condições para os filhos.

A intensificação da modernização da agricultura e a ampliação das relações de produção colocavam limites para a permanência de muitos filhos na unidade produtiva familiar. Por outro lado, o fechamento das fronteiras agrícolas dificultava a compra de terra para os filhos. Diante dessas limitações, as famílias perceberam que a ampliação dos níveis de educação era a melhor forma para os filhos galgarem ocupações urbanas.

Todos os investimentos em tempo, recursos financeiros e esforço pessoal dispensados para a escolarização tornavam-se verdadeiros investimentos no futuro dos filhos. Além disso, os estudos estavam associados com a possibilidade de abandonar o trabalho na agricultura, visto como um trabalho de pouco valor social e que causa vergonha.

O pai e a mãe sempre diziam: “a educação em primeiro lugar. Todos têm que estudar, têm que estudar”. Isso contou muito. Isso foi bem forte e todo o tempo os meus pais e meus irmãos estimulando para os estudos. Estudar era status para nós: era a única possibilidade de sair daqui da colônia. Senão estudava, ficava aqui. Ninguém gostava de trabalhar na roça. Na verdade, o trabalho da roça nunca foi valorizado. Nós tínhamos vergonha de dizer que trabalhava na roça. Tinha muitas dificuldades, mas também era vergonhoso ser da lavoura, da colônia (Bacharel em Ciências Contábeis, 42 anos).

Como observou Santim (1986), entre os agricultores da região da colônia italiana proporcionar estudos aos filhos passou a ser objetivo comum, pois os pais desejavam evitar que seus filhos passassem pelas mesmas dificuldades e atribulações. O estudo tornou-se sinônimo de um futuro melhor, de uma vida longe dos sofrimentos e das privações suportados pelos pais na vida rural. A formação dos filhos, em nível médio profissionalizante ou em nível superior, tornou-se motivo de sucesso e orgulho da realização de um projeto familiar. Ter um diploma tornou-se a chave para adentrar no mundo urbano, interpretá-lo e vencê-lo, com a incorporação no mercado de trabalho.

Embora nem sempre tendo qualificação profissional, as jovens migrantes da região da colônia são portadores de uma ética de valorização do trabalho, que facilita a obtenção de empregos. Mesmo os trabalhos mal remunerados e pouco valorizados, como o doméstico ou os serviços gerais, as jovens aceitavam como um primeiro passo para consumir a saída da casa dos pais e obter a remuneração necessária para garantir o pagamento das despesas pessoais. Além disso, normalmente, as primeiras ocupações laborais eram percebidas como ponto de partida para investimento na melhoria da formação escolar e profissional, com vistas a galgar melhores empregos e remunerações. Para exemplificar, muitas mulheres começavam a trabalhar nos serviços gerais, na lavanderia ou na cozinha de hospitais e, com o passar do tempo, investiam em cursos profissionalizantes de auxiliar de enfermagem ou até mesmo o curso superior de

enfermagem e, desta forma, melhoravam as condições profissional e financeira.

Na medida em que migram para as cidades, as moças não querem namorar e nem casar com os rapazes que permanecem no meio rural. A escolarização e o emprego urbano tornam-se um passaporte para conhecer um mundo com possibilidades de realização pessoal e profissional, sem as infundáveis limitações impostas pela vida na colônia:

Eu não queria ficar aqui, casar com colono, de jeito nenhum. Era um trabalho horrível. Eu não queria trabalhar na roça. Eu achava que o mundo era maior que isso. Eu tinha idéia de fazer faculdade, de ganhar dinheiro, de viajar, de ter uma casa de ter um carro e sair pelo mundo afora. Depois eu consegui emprego em Porto Alegre, mas ganhava pouco e não deu para fazer tudo o que eu imaginava de mundo. Eu sempre dizia: o mundo é maior que essa panela aqui. Olha, eu tinha 17 anos quando eu fui para Santa Maria e conhecia só até ali. Porto Alegre era longe, longe, longe, quase inatingível. (Zootecnista, 54 anos)

A partir do momento em que as moças melhoram o nível de escolarização e, por consequência, conquistam um emprego urbano, reconhecimento social e independência pessoal, elas procuram casamentos com rapazes que vivem e trabalham no meio urbano. Os rapazes fora da colônia são preferidos como possibilidade de namoro e casamento. Desta forma, os espaços de convívio no trabalho, nos estudos e, principalmente, nos bailes proporcionam as situações privilegiadas para ampliar o mercado matrimonial:

Então, a gente dependia daquele dinheirinho da lavoura e era tudo muito difícil. Eu sempre falava: eu não quero essa vida para mim. Então, eu saí para estudar. Eu nunca fui uma ótima aluna. Eu sempre fui uma aluna regular, mas eu consegui chegar onde cheguei por causa do meu esforço, porque, na verdade, eu nunca fui aluna brilhante. Mas eu não queria casar com colono daqui, de jeito nenhum. Uns quantos rapazes daqui tinham interesse em me namorar, mas eu nunca quis. Até o pessoal daqui dizia que eu era uma cheia, que eu nunca queria namorar os rapazes daqui da roça. Mas, quando eu ia num baile e tinha alguém de fora, eu ficava cega só olhando uma possibilidade de pegar alguém de fora. Eu tinha trauma de me imaginar vivendo aqui, de ficar aqui trabalhando na roça. Eu gostava de ficar olhando os rapazes de fora. (Engenheira Florestal, 56 anos)

Desta forma, a partir da década de 1960, a região da “Quarta Colônia” sofreu um acelerado processo de migração, marcadamente feminino, resultando na maior proporção de homens no meio rural. Portanto, muitos homens que trabalham como agricultores familiares permanecem solteiros, os quais ora de maneira jocosa ora preconceituosa são denominados “solteirões” ou “solteroni”.

Seja em decorrência das dificuldades de reprodução social da agricultura familiar seja em decorrência do viés de gênero nos processos sucessórios, as mulheres encontram melhores condições de possibilidade de vida e de trabalho na área urbana. Ademais, elas são menos apegadas à vida e ao trabalho no meio rural. Esse processo resulta na redução e no envelhecimento da população rural e no aumento do número de homens solteiros que já não conseguem constituir novas famílias.

Não se pode desconsiderar que a diminuição da população rural, o envelhecimento e o predomínio de homens reduzem os espaços de sociabilidade e convivência familiar e comunitária, dificultando as relações sociais e os encontros entre as pessoas que vivem no meio rural. Outrossim, a redução acentuada da população rural e dos espaços de socialização comunitária tornam-se motivos para a migração dos rapazes para os centros urbanos, pois não desejam enfrentar um futuro marcado pela solidão e pelo convívio social restrito.

Se nas décadas anteriores a sociabilidade era intensamente vivida na família e na comunidade, hoje as famílias são menores, as atividades comunitárias agregam menos pessoas e as possibilidades de encontros amorosos são restritas. Daí que os homens que permanecem no meio rural são condenados a uma vida solitária ou, então, sem uma companhia afetiva estável. E, na medida em que a idade avança, tanto mais difícil para os homens solteiros encontrarem uma parceira para constituir suas próprias famílias.

Considerações finais

Esse artigo é resultado das primeiras reflexões sobre o problema do crescimento da população masculina em regiões de agricultura familiar. Portanto, não se conseguiu esgotar a análise dos dados de campo já levantados e nem apresentar explicações conclusivas. Antes, o objetivo foi tecer algumas conexões entre o problema do crescimento da população masculina e a ampliação das possibilidades do mercado de trabalho urbano, para as mulheres que nasceram e foram socializadas no meio rural, mais especificamente em uma região de importância de agricultura familiar. O presente

trabalho analisou dois momentos vivenciados pelos agricultores familiares da região da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins, delimitados pelo processo de modernização como marco das transformações econômicas e simbólicas.

Antes da modernização da agricultura, os projetos de vida para as novas gerações eram referenciados pelos modos de vida dos adultos. Os papéis sociais esperados para moças era o de esposa, mãe, dona de casa e ajudante do marido. Os rapazes eram preparados para assumirem as atribuições relativas ao direcionamento do trabalho agrícola e das relações com os espaços públicos. A história de vida dos rapazes e das moças era espelhada na história dos pais. As possibilidades de trabalho estavam orientadas para as ocupações laborais na agricultura e, diante da escassez de terra, a migração para as regiões de fronteira agrícola possibilitavam a reprodução dos modos de vida dos colonos. As famílias eram numerosas e conferiam amplas possibilidades de casamento para os rapazes e moças que trabalhavam e viviam no meio rural.

Com a modernização da agricultura, processos de ordem econômica e simbólica, que acompanharam a abertura objetiva e subjetiva do mundo rural e dos agricultores, neutralizaram progressivamente as visões autônomas, particulares e locais-centristas dos colonos. A intensificação das trocas econômicas e simbólicas entre os agricultores e os setores industriais, financeiros e comerciais e de serviços resultaram na maior subordinação dos agricultores. Diante das dificuldades de garantir a reprodução econômica e social, os pais começam a vislumbrar a melhoria da escolarização dos filhos e apoiá-los na migração para os centros urbanos. As moças têm maior preocupação com a continuidade dos estudos e a conquista da autonomia pessoal, mediante obtenção de um emprego nas cidades. Os rapazes, mais apegados à terra e ao trabalho agrícola, investem menos na escolarização e permanecem na condição de agricultores familiares. Como resultado, houve crescimento da população masculina em relação da população feminina, dificultando a constituição de novas famílias, pois as mulheres que conquistam trabalhos no meio urbano não desejam casar com os homens que trabalham na condição de agricultores familiares.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. et al. *Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, 2001.

ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: os desafios dos novos padrões sucessórios*. Chapecó: Epagri, Brasília: FAO/INCRA, 1997. (mimeo)

- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BOURDIEU, P. Célibat et condicion paysanne. *Études Rurales*, n. 5-6, avr./set., 1962.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, P. Reprodução proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papirus, 2000.
- CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Disponível em: Ipea.gov.br. Acesso em: 27 de novembro de 2006.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, 2001.
- DE BONI, L. A.; COSTA, R. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: editora da UCS, São Paulo: Cortez, Petrópolis: Vozes, 1982.
- GERVAIS M.; JOLLIVET, M. TAVERNIER, Y. *Histoire de la France rurale*. Tome IV, Paris: Editions du Seuil, 1977.
- MARIN, J. O. B. Educação e trabalho nas colônias italianas: o caso de Silveira Martins. *Educação: Revista da Universidade Federal de Santa Maria*, v. 19, n. 2, 1994.
- MENDRAS, H. *Le fin des paysans*. Paris: Actes Sud, 1992.
- MORIN, E. *Commune en France: la métamorphose de Plodemet*. Paris: Fayard, 1984.
- SANTIM, S. *A imigração esquecida*. Porto Alegre: EST, 1986.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.